

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.749 - GO (2018/0339450-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : GYNSOL DISTRIBUIDORA E LOGISTICA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO : LEONARDO LOURENÇO DE CARVALHO - GO027940
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615
WESLEY SANTOS ALVES - GO033906
RAFAELA JUNQUEIRA GUAZZELLI - GO047974
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). FUNDAMENTO PRINCIPAL DO ARESTO RECLAMADO. NÃO IMPUGNAÇÃO. MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO FIRMADA. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL. INAUDITA ALTERA PARS. POSSIBILIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. EXCESSO DE GARANTIA CONFIGURADA APENAS EM UMA CCB. CLÁUSULA-MANDATO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DISTRIBUIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. I - Não se verifica a existência de conexão, na medida em que não há identidade de pedidos ou de causa de pedir (art. 55, caput, do CPC), tampouco risco de decisões conflitantes ou contraditórias (art. 55, § 3º, do CPC). Da simples leitura da petição inicial da ação revisional c/c consignação em pagamento nº 37939124.2015.8.09.0051, infere-se que a causa

de pedir e o pedido são distintos dos da presente ação, porquanto naquela, ajuizada em desfavor do Banco Safra S/A e do Banco ABC Brasil S/A, a autora pretende revisar as cláusulas das três Cédulas de Crédito Bancário, enquanto nesta objetiva declarar a nulidade dos Instrumentos de Garantia e Confissão de Dívida a eles anexos. II - Não há falar em cerceamento ao direito de defesa, por violação ao disposto no art. 329, II, do CPC e à garantia do contraditório, porquanto a parte autora não aditou o pedido inicial, e sim formulou novo pedido, qual seja, concessão de tutela provisória de urgência incidental, o que é permitido pelo ordenamento jurídico. Ademais, não se pode olvidar que, consoante preconiza o artigo 9º, I, do CPC, é possível a concessão de tutela provisória inaudita altera pars. III - No caso, por meio de decisão proferida pelo Juiz singular, mantida por este Tribunal, foi deferido o pedido de incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor. IV - Nos termos da Lei nº 10.931/2004, a cédula de crédito bancário constitui título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em seus artigos 28 e 29. Poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída (art.

27, Lei nº 10.931/2007). No que concerne à garantia, observa-se que os arts. 30 a 39 do referido diploma legal disciplinam a questão, sendo certo que não há objeção à oferta de bens diversos em garantia, havendo inclusive autorização para que o credor requeira reforço ou substituição da garantia em hipóteses de deterioração ou diminuição de valor. Dada a natureza do negócio jurídico entabulado, as partes são livres para pactuarem acerca da(s) garantia(s) a salvaguardar o pagamento a ser efetuado pelo devedor da CCB. VI - Cada contrato deve ser analisado de forma singular, porquanto não é permitido ao Poder Judiciário transferir garantia dada em um contrato para outros, cujas garantias foram livremente pactuadas pelas partes contratantes. VII - As garantias não devem constituir excesso ou abuso de direito, com violação às normas gerais de formação dos contratos, mormente quanto a sua função social. VIII - Considerando a avaliação imobiliária realizada pela apelada (evento 03, f. 272) e o parecer técnico colacionado pelo apelante (evento 22, doc. 07), conclui-se que o imóvel dado em garantia na Cédula de Crédito Bancário nº 002100103, firmada em 04/06/2014, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), é suficiente para assegurar o saldo devedor desta Cédula. IX -

As garantias ofertadas pela autora nas Cédulas de Crédito Bancário n.ºs 002108457 (R\$ 500.000,00 ? quinhentos mil reais) e 002110605 (R\$ 800.000,00 ? oitocentos mil reais), quais sejam, fiança e cessão fiduciária, têm como escopo servir de lastro para proteção da instituição credora quanto à eventual inadimplência, de modo que não estaria configurado qualquer excesso passível de revisão judicial, sobretudo porque, além de estipuladas as cláusulas contratuais mediante acordo livre de vontades, não ficou constatada ofensa ao princípio da boa-fé objetiva ou o descumprimento da função social. X - Não há falar em nulidade das cláusulas- mandato insertas nas Cédulas de Crédito Bancário n.ºs 002108457 (R\$ 500.000,00 ? quinhentos mil reais) e 002110605 (R\$ 800.000,00 ? oitocentos mil reais), porquanto, além de a recorrida ter livremente aquiescido com elas ao contratar as CCB'S em questão, não se verifica nenhuma ilegalidade ou abusividade, inclusive, inexistindo qualquer ofensa aos princípios do diploma consumerista. XI - Provido o recurso, ainda que parcialmente, não há falar em majoração dos honorários conforme prevê o art. 85, §11, do CPC, pois que essa regra incide apenas nos casos de não conhecimento, ou desprovimento do recurso. Certo que, havendo provimento, ainda que parcial, ocorre apenas a inversão/distribuição da sucumbência, com nova fixação dos honorários, já considerado o trabalho na fase recursal. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA." (e-STJ fls. 755/756).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 791).

Em sede de recurso especial, a instituição financeira defende a reforma do aresto reclamado no que tange ao afastamento da garantia de cessão fiduciária relativa ao Contrato n.º 2100103.

No ponto, afirma malferimento dos artigos 27 e 28, § 1.º, V, da Lei n.º 10.931/2004.

Esclarece que:

"[...] ao ter sido celebrada a Cédula de Crédito Bancário n.º 2100103, o Recorrido ofereceu livremente, por sua livre espontânea vontade, em garantia da dívida, a Cessão Fiduciária de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou Notas Promissórias de Emissão de Terceiros, no qual ficou acordado, como garantia o percentual de 15% sobre o saldo devedor da operação garantida.

Em suma, tem-se que a Cédula de Crédito Bancário nº 2100103 envolve cessão fiduciária de títulos de crédito, por meio da qual o Banco Safra S/A pode 'reter' 15% dos créditos advindos de cheques, duplicatas e notas promissórias recebidos pelo Recorrido, no desempenho de sua atividade empresária, em caso de inadimplemento do contrato." (e-STJ fl. 803/804).

Diz, portanto, que os dispositivos tidos por violados "evidenciam cabalmente a legalidade da exigência de garantias na instituição de cédula de crédito bancário, de modo que nada obsta a cessão fiduciária ofertada no Contrato n.º 2100103" (e-STJ fl. 805).

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 840/853.

Nas razões do agravo, o Banco agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 873/878).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Com efeito, no que importa à controvérsia em torno da Cédula de Crédito Bancário n.º 002100103, extraio do aresto reclamado que:

"Pois bem. Defende a autora, ora apelada, que o valor do imóvel dado em garantia na Cédula de Crédito Bancário nº 002100103 é suficiente para garantir, também, o débito oriundo das Cédulas de Crédito Bancário nºs 002108457 e 002110605, que há excesso de garantias e que as cláusulas-mandato previstas nos três instrumentos contratuais são nulas.

Contudo, não se pode olvidar que cada contrato deve ser analisado de forma singular, porquanto não é permitido ao Poder Judiciário transferir garantia dada em um contrato para outros, cujas garantias foram livremente pactuadas pelas partes contratantes.

Firmadas essas premissas e considerando a avaliação imobiliária realizada pela apelada (evento 03, f. 272) e o parecer técnico colacionado pelo apelante (evento 22, doc. 07), conclui-se que o imóvel dado em garantia na Cédula de Crédito Bancário nº 002100103, firmada em 04/06/2014, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), é suficiente para assegurar o saldo devedor desta

Cédula.

Com efeito, o mencionado crédito, além do imóvel, também está garantido pela Carta de Fiança assinada pelos senhores Gauthier Cardoso, Paula Queiroz Cardoso Campos e seu cônjuge Ricardo Roriz Campos, e por Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Duplicatas e/ou de Cheques de Emissão de Terceiros e/ou Notas Promissórias de Emissão de Terceiros, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), o que configura excesso de garantias.

Ressalte-se, por pertinente, que, mesmo que se cogite a valorização do imóvel ou a deficiência na avaliação inicial, tem o credor direito de executá-la em caso de inadimplemento, retornando ao devedor eventual saldo positivo obtido com o leilão do imóvel dado em garantia. (TJ-RS - AC: 70072987415 RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Data de Julgamento: 31/08/2017, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/09/2017)." (e-STJ fl. 750, grifei).

Isso posto, tenho que as razões do apelo nobre não refutaram o fundamento principal do aresto reclamado no sentido de que há excesso de garantias relativamente à Cédula de Crédito Bancário n.º 002100103.

Assim, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Portanto, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe óbice à pretensão recursal.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, porquanto a referida verba foi fixada, na origem, em seu máximo patamar legal (cf. e-STJ fl. 438).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator